

Elementos para refletir acerca do trabalho psicanalítico com famílias que “saem do armário”

Patricia Porchat¹

Resumo: Famílias em que um dos membros do casal é uma pessoa trans (transsexual, travesti ou transgênero) lançam novos desafios à teoria e à prática da psicanálise. Refletimos acerca de algumas questões que essa diferente configuração familiar traz, como a da definição de o que é uma família para a psicanálise e para os seus praticantes, ou sobre a existência de um compromisso ético e político de ajudar a família a sustentar a resistência às normas dominantes. Também sugerimos que o analista deve estar culturalmente preparado para encarar esses desafios, conhecendo os campos adjacentes à psicanálise que podem apoiá-lo nessa empreitada. Apresentamos conceitos e perspectivas de trabalho que podem auxiliar na abordagem dessas famílias, seja com as crianças, seja com os adultos: os conceitos de romance familiar e de cena primária e o questionamento de o que é parentesco e parentalidade. Por último, abordamos uma situação clínica que permite refletir sobre as nossas propostas.

Palavras-chave: família, homoparentalidade, transexualidade, parentalidade trans

Novas configurações familiares ocupam a cena de quem trabalha com casais, crianças e adolescentes no mundo ocidental contemporâneo. A família recomposta a partir da separação de cada um dos membros do novo casal, da qual os filhos do primeiro casamento de cada um vêm fazer parte, talvez tenha sido a primeira de uma série. A partir daí temos a família monoparental, a família homoparental, famílias que apelam a diferentes formas de procriação,

1 Docente no Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* Bauru.

proporcionando à criança uma mãe genética, uma mãe “de barriga”, uma mãe social, um pai “doador” de esperma. Entre tantas outras, podemos agora introduzir mais uma: a família em que um dos membros do casal é transexual. De fato, aparentemente, a estrutura familiar tradicional não se altera tanto assim. Temos dois adultos e crianças. Se os adultos são do mesmo gênero, teríamos uma semelhança com a família em que o casal é homossexual. A diferença entre essa última e a família com pessoas transexuais é que a mudança de gênero em um dos membros gera situações inusitadas: por exemplo, um pai engravidar, a mãe ser um homem, o pai que antes era homem agora se tornou mulher. Enfim, mudanças de gênero lançam novos desafios à nossa compreensão e à nossa prática.

É possível argumentar que essas diferentes modalidades de família já existiam. As famílias recompostas, mesmo antes da Lei do Divórcio (1977, no Brasil), sempre existiram. Mães que criaram seus filhos sozinhas, famílias com crianças adotivas, crianças criadas por duas mães numa relação homossexual: sempre se soube dessas famílias, embora, em certa medida, talvez se evitasse falar delas – alguma espécie de tabu sobre o assunto levava ao silenciamento. Mesmo as famílias com um pai ou uma mãe transexual: eventualmente, ouvia-se falar a respeito. O que todas essas famílias ganham atualmente é a visibilidade. As famílias homoparentais talvez tenham sido as responsáveis por trazer essa discussão a público. A luta pelos direitos da população LGBT e, mais especificamente, pelo direito à união legal, ao casamento e à adoção de filhos por parte dos homossexuais, tudo isso trouxe ao primeiro plano a necessidade de repensar o que é uma família. Mais ainda: questionar nossos critérios acerca das condições necessárias para criar crianças saudáveis, afetivas, espontâneas, que se tornem jovens com capacidade de estabelecer vínculos consistentes, de ser críticos e construtivos em relação à sociedade, enfim, com condições de lidar com o sofrimento e de buscar o seu bem-estar.

Atualmente, temos essas famílias sob a mira da mídia, do direito, da educação, da psicologia e da psicanálise. Tratar-se-ia de um olhar *voyeur*? Uma curiosidade para saber “onde isso vai dar”? Para saber o “resultado” dessas “experiências familiares”, digamos assim, nossa intuição poderia nos levar a observar as crianças. Mas observar, na condição de psicanalista, significa também tratar. E não apenas tratar porque a demanda se apresentou. É verdade que crianças de famílias abjetas (consideradas à margem da sociedade, vítimas de preconceito social, excluídas de um certo campo de inteligibilidade) são comumente encaminhadas à análise pela escola, pelo médico, pela assistência social ou pelos próprios pais e mães que identificam seu sofrimento. O outro motivo para tratar, e aí me refiro aos adultos que escolheram formar essas famílias, é porque podemos efetivamente ajudá-los a sustentar a resistência às normas dominantes. Para isso, o analista deve estar culturalmente preparado.

Para trabalhar com as questões que dizem respeito à homoparentalidade e à transexualidade, é importante estar a par das discussões acerca da distinção entre sexo e gênero e acerca da constituição das diferentes identidades de gênero. Também se faz necessário conhecer minimamente a terminologia em torno da transexualidade (transidentidade, transgeneridade, cisgeneridade, travestilidade, gênero não binário etc.). Os estudos de gênero, os estudos da mulher, a teoria *queer* e os feminismos formam o campo que circunda culturalmente essas questões. Mas vou me abster de retomar essas questões aqui. Para tanto, remeto o leitor à bibliografia existente (Arán, 2006; Ayouch, 2015; Bento, 2006; Lanz, 2015; Muszkat, 2014; Porchat, 2013; Tajer, 2013).

Nosso intuito agora é apresentar alguns elementos especialmente importantes para o trabalho com crianças e com adultos que fazem parte dessas famílias. Dois desses elementos vêm diretamente da psicanálise: o *romance familiar* e a *cena primária*. Os outros dois atravessam a teoria psicanalítica e são condições para os seus constructos: a concepção de *parentesco* e a de *parentalidade*.

○ romance familiar

Freud apresenta o romance familiar do neurótico como uma construção que revela a falha de alguns indivíduos em se libertar da autoridade dos pais ao crescer. Essa liberação, considerada fundamental no desenvolvimento individual e na própria organização da sociedade, depende da oposição que se estabelece entre as gerações. Para tanto, a relação da criança com seus pais percorre um determinado caminho. Os pais, que inicialmente eram a única fonte de autoridade, objeto de desejo e modelo a ser seguido, ao serem postos na categoria *pais*, pela descoberta da criança de que, afinal, existem outros pais, sofrem inúmeras comparações por parte dos filhos. As qualidades inquestionáveis que apresentavam caem por terra. Tornam-se objeto fácil de críticas de todos os tipos. Freud acrescenta a esse percurso os impulsos de rivalidade edípica. Ainda cedo, têm início as fantasias, que posteriormente poderão ser conscientemente lembradas ou reveladas pela análise, de ser uma criança adotada, ou de se o pai ou a mãe não seriam de fato seu padrasto ou madrasta. O afastamento dos pais, que teve início nessa atividade imaginativa, será descrito por Freud como o romance familiar do neurótico. É por essa estratégia que a criança relativiza a autoridade dos pais, livra-se da idealização que fazia deles e finalmente se liberta. Os pais descem em sua estima, e ela os substitui por outros, normalmente “de melhor linhagem” (Freud, 1909/2006b, p. 220).

Analistas que se debruçam sobre situações de procriação/filiação não tradicionais estão particularmente às voltas com o romance familiar de seus pacientes. Tomemos o exemplo de uma família homoparental. Ken Corbett

(2009), analista americano, propõe a construção de um romance familiar não tradicional. Andy, seu paciente de 7 anos, é filho de duas mães. Trata-se, no trabalho de Corbett, de atuar em dois planos distintos, mas que se intercomunicam. Andy deve forjar sua própria história e, para isso, Corbett propõe ajudar a família a construir sua história de minoria. Faz uma aposta política de que a função do analista aqui não é a de ver como o paciente vai ser afetado em sua relação com a “diferença dos sexos”, mas perceber o efeito nesse paciente, em particular, de ter duas mães. Considerando que vivemos numa sociedade heteronormativa e considerando que ninguém se desenvolve fora de um sistema de normas, “cada criança e cada família se desenvolve através de sua luta com e contra a lógica das estruturas sociais normativas” (p. 56). A família de Andy, assim como outras nessa condição, pela sua própria existência defende a marginalidade em confrontação com as normas dominantes. Cabe ao analista dar suporte à família, ajudar a sustentar essa confrontação.

Corbett atua com o intuito de ajudar Andy a trazer à tona seu romance familiar não tradicional. Para isso, recebe regularmente as mães de Andy e trabalha para que elas possam estar abertas às identificações projetivas do filho. Freud já dizia que o desenvolvimento das fantasias dependia não apenas da inventividade da criança, mas também do material disponível a ela. Quando se depara com a diferença dos papéis desempenhados pelo pai e pela mãe em suas relações sexuais, “compreende que *pater semper incertus est*, enquanto a mãe é ‘certíssima’” (Freud, 1909/2006b, p. 220).

Andy diz ao analista que não tem um pai, mas um *doador*. O trabalho de Corbett sobre o modo como Andy lida com a ideia de pai é comentado por Michel Tort:

Não se trata de denunciar os efeitos funestos da ausência do pai, invocando a carência de sua famosa função de separação, mas de saber como construir, na análise, uma ideia de pai com os recursos que cada um tem à mão no dispositivo de procriação dado, permitindo que se desenvolva a imaginação familiar, com os fantasmas das mães sobre o doador e aqueles que a criança se autorizará a enunciar em sua relação transferencial com o analista. (2016, p. 124)

Uma vez de posse do material que funda a sua concepção – não apenas através da informação dada por suas mães, mas também a partir da imaginação familiar ativada pelo analista, que permite a circulação dos diversos fantasmas em cena –, Andy pode construir seu romance familiar não tradicional e dar início ao percurso que o levará posteriormente a poder confrontar a geração de suas mães e a separar-se delas.

A cena primária

A cena primária, ou cena originária, é assim denominada por Freud no artigo do Homem dos Lobos (1918/2006a) e diz respeito à observação pela criança do coito parental. No entanto, permanecerá na psicanálise a ideia de que ela pode ter sido apenas suposta e fantasiada a partir de índices como ruídos ou até mesmo pela observação do coito animal (Laplanche & Pontalis, 1998).

O ponto que se discute em relação às novas configurações familiares é que a cena primária não é apenas a relação heterossexual como núcleo da sexualidade. Não deve existir na psicanálise uma cena primária *standard*. Novamente, a estratégia não seria a de denunciar os efeitos nocivos de uma falta de pai ou de mãe de acordo com a norma heteronormativa, mas, pelo contrário, perguntarmo-nos, enquanto psicanalistas, pelo “efeito do dispositivo procriativo inédito sobre a estruturação psíquica” (Tort, 2016, p. 125). A resposta não é única. Devemos pensar, em cada caso, como se viram os sujeitos, como se arranjam subjetivamente a partir dos procedimentos específicos que marcaram a sua concepção. Estamos num tempo de investigação, pode-se dizer, mas também num tempo de abertura social, visto que famílias que tiveram arranjos diferentes daqueles propostos pelas famílias nucleares burguesas agora podem “sair do armário” e ser finalmente escutadas pela psicanálise.

Corbett insiste que o ponto de partida da fantasia da cena primária deve ser, de um lado, o conhecimento pela criança da procriação e dos procedimentos particulares de sua concepção e, de outro lado, as construções fantasmáticas sobre o sexo, nome dos mistérios excitantes dos adultos, dos quais sabemos que os casais pouco ou nada falam, mas que são percebidos através de risos e rubores (citado por Tort, 2016, p. 125). Segundo Tort, devemos nos interessar pela capacidade da criança de fantasiar sobre relações sexuais múltiplas, superando as categorias que foram dadas, e pensar sobre o que elas sabem a respeito de suas famílias e dos desejos que as modelam, botando em cena seus pais (ainda que doadores ou múltiplos) e seus fantasmas.

Tanto o romance familiar como a cena primária foram trazidos em contextos diferentes da questão da transexualidade. No caso do primeiro conceito, o exemplo era o de uma família homoparental. Já a cena primária dizia respeito à questão da concepção sem a figura de um pai, mas apenas a de um doador. Todavia, parece-me que ambas as ideias freudianas são extremamente úteis para pensar os fantasmas familiares contemporâneos, os efeitos dos novos arranjos sobre a estruturação psíquica dos sujeitos, assim como alguns nortes para a escuta analítica hoje.

O parentesco

O que é uma família? Essa pergunta deve ser feita por cada um que trabalhe com novas configurações familiares. Há uma enorme diferença entre considerar a família como uma unidade natural, arraigada em processos biológicos, ou considerá-la um produto ideológico historicamente produzido. Temos aí a família nuclear burguesa, que encontramos em Freud. Alguns psicanalistas a veem como natural, outros como produto ideológico, mas quase cristalizado. De acordo com Segalen: “Finalmente, a família hoje tem uma geometria variável ... Seus contornos são múltiplos e eventualmente se movem por alianças eletivas. O que permanece é a força das relações de parentesco na sociedade moderna” (citada por Pederzoli, 2017, p. 7).

O parentesco “legisla” sobre a relação entre indivíduos que pertencem a um mesmo grupo. A discussão se desloca então para o estabelecimento do que são relações de parentesco. Afinal, a partir dessas relações entramos no campo do simbólico e através dele atribuímos valor às pessoas na medida em que elas ocupam determinados lugares, umas em relação às outras, lugares reconhecidos pelas normas sociais – entre elas, a do tabu do incesto. Mas o que acontece quando a sociedade não reconhece determinadas relações? Elas deixam de ser relações de parentesco?

De acordo com Marilyn Strathern, o parentesco euro-americano reconhece somente dois lados biológicos de parentalidade, determinados por uma relação assimétrica de gênero: o pai e a mãe (citada por Pederzoli, 2017, p. 65). A diferença biológica, enquanto critério máximo da classificação dos seres humanos, nos condena a pensar o feminino em oposição ao masculino, sem misturas ou dificultando a travessia das fronteiras (Badinter, citada por Pederzoli, 2017, p. 67). Se a família se assenta sobre essa relação dicotômica e complementar entre os gêneros, “sugerir qualquer alteração nessa ordem implica ameaçar a estrutura sobre a qual a sociedade está consolidada” (Pederzoli, 2017, p. 67).

Todavia, essa concepção de parentesco atualmente não dá conta das novas configurações familiares. Nesse sentido, ou fazemos o exercício de redefinir o parentesco, torná-lo elástico, maleável, de modo a incluir as relações que de fato existem em determinados grupos de indivíduos que se reconhecem como famílias, ou seguiremos patologizando crianças, adolescentes e adultos em função do que não tiveram, do que não conseguiram, de suas supostas falhas e carências, enfim, de tudo o que eles têm de diferente em relação a um determinado modelo supostamente ideal de família. Aonde nos leva esse tipo de patologização? Atualmente, leva à incompreensão das transformações sociais e à exclusão do campo do humano de sujeitos e de suas famílias que estão na condição de abjeção há muitos anos.

É num famoso texto de Judith Butler que encontramos uma concepção de parentesco voltada para a inclusão no campo da inteligibilidade das famílias abjetas, que já existem, e de qualquer família que venha a existir. Em “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”, Butler diz:

Se entendermos parentesco como um conjunto de práticas que estabelece relações de vários tipos que negociam a reprodução da vida e as demandas da morte, então as práticas de parentesco são aquelas que emergem para dirigir as formas fundamentais da dependência humana, que podem incluir o nascimento, a criação das crianças, as relações de dependência e apoio emocional, os vínculos de gerações, a doença, o falecimento e a morte (para citar algumas). (2003a, p. 221)

Nesse texto, Butler aborda o parentesco pensando nas diferentes formas pelas quais uma sociedade se organiza. O texto discute as ideias de Lévi-Strauss, mas Butler, de certa forma, parece levar em consideração a experiência que viveu nos seus anos de doutorado (Porchat, 2015). Trata-se da observação da cena *gay* de Nova York na década de 1980 (da qual Butler participou), retratada no documentário *Paris is burning*, de Jennie Livingston (1990). Butler comentará isso em 1993, em *Bodies that matter* [Corpos que importam]. O filme retrata os salões de baile no Harlem. Mostra uma comunidade *gay* e trans de pessoas pobres, negras e latinas, performando *drags* e dançando. Elas se organizavam em famílias chamadas *houses*. A cultura *ball* descreve uma subcultura LGBT *underground* nos Estados Unidos, em que pessoas competem por prêmios em eventos conhecidos como *balls*. Alguns dos que desfilam também dançam; outros disputam no gênero *drag*, tentando passar por outro gênero e classe social. As famílias são encabeçadas por alguém, nem sempre mais velho, que adota, cuida e zela pelos demais. Moram em comunidades ou não, mas carregam o sobrenome do chefe da família. Para pertencer à família, é preciso um ritual de entrada: participar do baile, desfilar, dançar, performar. Uma vez dentro, o parentesco está constituído. Os vínculos se estabelecem, as dependências afetivas começam a nascer, a proteção e os cuidados estão garantidos.

O que Butler nos faz pensar é em como o estabelecimento de vínculos entre os seres humanos pode se dar por diferentes rituais. São estes e a comunidade em torno de um grupo, ou de alguns indivíduos, que reconhecem e validam os vínculos a partir de um campo de inteligibilidade previamente estabelecido. Esse campo codificou os tipos de vínculo, assim como codificou os rituais. Não necessitamos aqui de gênero, de parentalidades biológicas, nem de binarismos.

A parentalidade

Queremos por último problematizar as concepções de pai e de mãe a partir da ideia de Pederzoli (2017) de que estas podem ser práticas performativas. Dizer que as parentalidades são práticas performativas é dizer, seguindo o raciocínio da teoria do ato performativo de Butler, que não existe essência de pai nem essência de mãe. São os gestos, as palavras, os atos que criam a ilusão de uma substância *pai* ou de uma substância *mãe*. Assim como gênero é um organizador social, pai e mãe também o seriam. Do mesmo modo que homem e mulher podem ser performados por qualquer indivíduo, independentemente do sexo biológico (Butler, 2003b), isso também se daria, segundo Pederzoli (2017), com a parentalidade do pai e a parentalidade da mãe. E ainda poderíamos recusar o binarismo parental e pensar numa forma de parentalidade não binária.

Quanto às parentalidades trans, seriam práticas de parentesco que contestam e rearticulam o sistema normativo, em vez de se adequar a ele. Elas “reconfiguram as representações do pensamento ocidental no momento em que performatizam a parentalidade na sua relação com o gênero” (Pederzoli, 2017, p. 61).

O que é um pai? O que é uma mãe? Acredito não ser o mesmo pensar que a função paterna ou a função materna serão exercidas por pessoas transexuais, transgêneras ou travestis, em vez de o serem por pessoas cisgêneras. Mas qual seria exatamente a diferença? Existe pouca literatura sobre crianças filhas de pais transexuais. Chilland (1999) refere-se a alguns estudos (Ebaugh, 1988; Green, 1978; Misès, Noël & Castagnet, 1980) em que vêm à tona questões como a preocupação em relação à opinião da sociedade, a adoção e, no estudo de Green com filhos de pessoas transexuais, a comprovação de que essas crianças, por ocasião da pesquisa, estão conformes ao seu sexo de designação ao nascimento e heterossexuados. Em resumo, pouco se sabe ainda sobre os efeitos de parentalidades trans. Mas também pouco se sabia, em tempos distantes, sobre os efeitos de parentalidades de pessoas desquitadas, divorciadas, de mulheres que trabalhassem fora de casa etc.

Em entrevista realizada por Pederzoli, com um homem trans de 39 anos, encontramos a seguinte resposta: “O que é ser pai é como eu me identifico, me identifico como homem e socialmente essa expressão é usada aqui dentro de casa, uma vez que eu sou pai” (2017, p. 108).

Chilland sugere que existe uma contradição em nossa cultura: ao mesmo tempo que se valorizam os vínculos biológicos – por exemplo, quando se determina que toda criança tem o direito de conhecer suas raízes biológicas, a despeito do enraizamento cultural e psicológico que ela estabeleceu –, “lança-se um desafio à biologia ao considerar em certa medida conveniente ... dar dois pais sem uma mãe às crianças ou duas mães sem um pai, ou chamar de

papai a uma mulher ou de mamãe a um homem” (1999, p. 214). Chilland denuncia uma situação que permite considerar a ideia de parentalidade como prática performativa. O *status* atribuído pela sociedade à filiação determinada pelas origens biológicas de um indivíduo legitima a reflexão sobre parentalidades em que não haja vínculos biológicos. Nesse sentido, problematiza também as parentalidades trans, já prejudicadas pela discussão acerca da patologização das transições entre gêneros (com ou sem intervenções sobre o corpo).² Para os segmentos que ainda patologizam as identidades trans, se o indivíduo é considerado “doente de gênero”, não seria desejável que ele fosse pai ou mãe, nem biológico, nem adotivo. Ou ainda, caso tivesse filhos anteriores à transição, sua maternidade, sua paternidade ou simplesmente sua parentalidade seria *a priori* um problema grave.

Entender o lugar do biológico em nossa cultura, saber de seus efeitos sobre os indivíduos e se posicionar diante dessa questão parece ser necessário para escutar e atuar em relação às parentalidades trans.

Algumas considerações a partir de uma situação clínica

Juan tem quase 30 anos. Sua companheira é cinco anos mais velha e juntos têm três filhos (um menino e duas meninas). Uma das filhas é de sua companheira, com quem mora há seis anos. Os outros dois são seus filhos, frutos de relacionamentos com dois homens diferentes. Juan fala pouco de sua infância. Não gostava de roupas femininas, preferia jogar bola com os meninos, não aceitava o fato de ser menina. Com 10 anos já percebia que sentia atração por meninas. Guardava esses sentimentos para si e tentava esquecê-los. Relata ter se isolado em casa por conta disso, brincava só. Aos 15 anos contou para a avó, com quem morava, que gostava de mulheres, mas esta não aceitou. Aproximou-se de sua mãe biológica, que também não aceitou a homossexualidade da filha. Por conta dessa rejeição familiar, tentou ajustar-se às expectativas da família e acabou tendo os dois filhos, um menino e uma menina. O relacionamento com homens não deu certo e Juan voltou a se envolver com mulheres. Por fim, encontrou a atual companheira e ficou com ela, compondo uma família. O cenário familiar contribuiu para que Juan imagine um modo de vida que deseja ter enquanto homem. Gostaria de ser policial e de ocupar um lugar de destaque dentro de sua família. Sendo homem no relacionamento, “vou ser a

2 Chilland encontra-se entre os autores que fazem essa discussão, tendo abrandado sua posição de 1997 (ano da publicação original de seu livro sobre transexuais), quando era abertamente contra a cirurgia e o tratamento hormonal. Em 2011, sugeriu que há uma questão social, e não mais médica, na demanda de tratamento hormono-cirúrgico por adolescentes. Todavia, é considerada uma autora que participa da visão patologizante das pessoas trans.

pessoa que toma a frente”. Para Juan, parece que ser homem é a possibilidade de ocupar o lugar de pessoa estabilizadora de uma família – família em que ele seria a figura central.

O que aqui relatamos de Juan diz respeito a algumas entrevistas para encaminhamento a uma terapia hormonal e, cerca de um ano e meio depois, a algumas sessões iniciais de psicoterapia de base psicanalítica. Juan decidiu começar a terapia de modo a acompanhar seu processo de transição de gênero. Faz tratamento hormonal e aguarda na fila de espera para realizar cirurgias de retirada de seios, útero e ovários.

Após o nascimento de seu primeiro filho, relata ter tido um episódio de depressão. Amamentar era algo muito difícil, pois os seios “fazem lembrar que sou mulher”. Não gosta de seu corpo. Não falou para ninguém sobre sua tristeza e dificuldade de lidar com a amamentação. Ao ser questionado sobre o motivo da segunda gravidez, Juan relata que buscou a aprovação da mãe biológica aproximando-se de um homem apresentado por ela, do mesmo modo que ocorrera antes, com o pai de seu primeiro filho. Mas afirma que estava alcoolizado ao se relacionar com ele e que, posteriormente, ao descobrir-se grávida, considerou a possibilidade de uma interrupção.

O tema da família atravessa muito cedo a história de Juan. Somente conheceu a mãe biológica aos 11 anos. Sua mãe teve primeiramente dois filhos, sendo Juan o terceiro. Quando nasceu, a família considerou que não teria condições de criar mais um filho. Juan foi adotado por uma família em que mais de uma mulher gostaria de assumir a maternidade (as tias adotivas). Acabou ficando com uma mãe adotiva que veio a falecer um ano depois. Sua avó adotiva assumiu os cuidados e tornou-se a principal figura materna. Várias pessoas circulavam na casa (tias-avós, tios, primos). Com frequência o chamavam de *bastardo*. Aos 18 anos, por brigas com parentes que viviam na casa da avó, decide morar com a mãe biológica. Sua avó adotiva adoece e Juan se sente culpado, acreditando que ela se sentiu abandonada por ele. Nessa ocasião, conheceu o pai também (que havia se separado de sua mãe). Sobre o pai, diz que é um homem bom, pois aceitou a sua homossexualidade e disse: “Mulher é bom mesmo. Você está no caminho certo”. Era policial.

Juan tem uma história familiar complexa (a adoção, o reencontro com a mãe biológica e sua submissão a ela, o adoecimento da avó adotiva), e a questão da aceitação por parte de suas duas famílias parece ter sido fundamental em sua vida.

Atualmente, Juan é um homem trans. Um pai trans. Sua mãe biológica não aceita a transexualidade e o chama pelo nome feminino de batismo. A avó desenvolveu sérios problemas de memória e não o reconhece mais. Tem mágoa de sua mãe por tê-lo colocado para adoção, mas mantido os outros dois irmãos consigo. Diz que reconhece apenas a avó como mãe de verdade.

Seus filhos têm 7 e 5 anos. Os pais biológicos, com quem cada um tem contato e chama de *pai*, têm 50 anos, ou seja, eram cerca de 30 anos mais velhos que Juan por ocasião do relacionamento. Os filhos de Juan o chamam de *mãe-e-pai* e chamam sua companheira de *mãe*.

Juan não está trabalhando e fica em casa cuidando das crianças. Quem sustenta a casa é sua companheira. Ele busca trabalho, mas relata dificuldades em encontrar ou em se manter num emprego. Queria serviço pesado, de pedreiro, de carregador, mas não o aceitavam por conta de sua condição feminina (nome de registro e corpo físico). Queixa-se de que as pessoas implicam (por diversos motivos) com ele.

Juan fala pouquíssimo de seus filhos. Não há uma sessão em que não mencione sua avó, a falta que sente dela, a culpa pelo seu adoecimento, a impossibilidade de estar com ela por motivos financeiros (transporte até sua casa, que não fica perto de onde Juan mora). Nas sessões, basicamente trata de seu processo de transição e da culpa em relação à avó. Lamenta não conseguir cuidar dela, mas não consegue nem cuidar de si. Não tem tempo. Precisa cuidar das crianças e levá-las à escola.

De sua família adotiva, que tinha tantas tias, hoje só resta a avó como pessoa que realmente conta afetivamente para ele. Ela é “seu chão”, junto com as crianças, que também são, atualmente, “seu chão”. É curioso como, até para falar desse lugar que as crianças ocupam emocionalmente para ele, é necessário afirmar primeiro o papel que sua avó ocupa em sua vida.

Pede que a analista anote o nome de seus familiares, pois são muitos tios e tias, e não quer ficar explicando a cada vez quem é quem na família. Fica chateado se a analista esquece. Uma única vez que Juan mencione o nome de alguém da família já é motivo para se chatear na próxima vez, caso a analista esqueça o nome dessa pessoa.

Os filhos de Juan já têm pai. Conseguem localizar para Juan um lugar na família: mãe-e-pai. Esse lugar é diferente do lugar de mãe ou de pai. Mas e Juan, o que sente que é para seus filhos?

De onde parte a analista para entender, escutar e intervir na fala de Juan? Ele parece vir pedir ajuda para entender como é e quem é a sua família. Nesse sentido, seus filhos o ajudam por já ter dado a ele um lugar. *Mãe-e-pai* talvez seja o nome que permita a ele circular pelas gerações – enquanto *filh@*³ e enquanto alguém que exerce a função parental. *Mãe-e pai* também pode ajudá-lo a se localizar em relação à sua origem. Abandonado pela mãe, vive capturado pela culpa de ter abandonado a avó. Faz-se mãe pelo abandono? Não se identifica com a ideia de ser mãe de seus filhos, mas ainda está longe de ser o pai que gostaria.

3 O símbolo @ aqui está sendo usado para não definir o gênero enquanto feminino ou masculino, mas deixando aberta a possibilidade de pensar os dois ou a transição de um a outro.

Curiosamente, ao não conseguir emprego, cuida das crianças e faz as funções domésticas da casa, lugar marcado tradicionalmente pelo papel feminino em nossa sociedade. Juan não se vê como mãe, mas tampouco chega a ser o pai – policial que estabiliza a família e é o centro dela. Aliás, os homens nas famílias de origem de Juan ocupavam papéis secundários. Seu pai apenas surge em sua narrativa como alguém que reforça sua orientação sexual – mulher é bom!

Sendo Juan, por um lado, rejeitado na família de origem e, por outro lado, chamado de bastardo e cuidado pela avó na família de criação (a mãe faleceu após um ano de adoção), quem são mãe e pai de Juan, afinal? Pode haver parentescos outros? Quem exerce a parentalidade? Qual o lugar do biológico em sua história? Quem concebeu seus próprios filhos? Além dos pais (homens mais velhos, com idade para ser seu próprio pai), ele mesmo, como mãe – que rejeitava a amamentação, símbolo da maternidade?

Trabalhar com Juan será ajudá-lo a forjar uma história familiar em diversos níveis: uma história à margem, que resiste às normas dominantes e às expectativas sociais baseadas no modelo heteronormativo e binário de gênero. Entender, fantasiar e construir para si um romance familiar, uma cena primária é o que lhe dará acesso de modo mais efetivo à sua parentalidade e à compreensão de suas relações de parentesco.

Elementos para reflexionar sobre el trabajo psicoanalítico con familias que “salen del closet”

Resumen: Las familias en las que uno de los miembros de la pareja es una persona trans (transexual, travesti o transgénero), lanzan nuevos desafíos a la teoría y a la práctica del psicoanálisis. Reflexionamos sobre algunas cuestiones que esta configuración familiar diferente trae, como la definición de qué es una familia para el psicoanálisis y para sus practicantes, o sobre la existencia de un compromiso ético y político de ayudar a la familia a sostener la resistencia a las normas dominantes. También sugerimos que el analista debe estar culturalmente preparado para enfrentar estos desafíos, sabiendo de los campos adyacentes al psicoanálisis en los que puede apoyarse para esta tarea. Presentamos conceptos y perspectivas de trabajo que pueden ayudar en el abordaje de esas familias, ya sea con los niños o con los adultos: los conceptos de novela familiar y de escena primitiva y el cuestionamiento de lo que es parentesco y parentalidad. Por último, abordamos una situación clínica que permite reflexionar sobre nuestras propuestas.

Palabras clave: familia, homoparentalidad, transexualidad, parentalidad trans

Elements to reflect on the psychoanalytic work with families that “come out of the closet”

Abstract: Families, in which one member of the couple is a trans person (transsexual, transvestite, or transgender), introduce new challenges to psychoanalytic theory

and practice. We bring up some issues raised by this different configuration of family, such as setting forth what is family to psychoanalysis and its practitioners, or even about an existing ethical and political commitment in order to help this family in keeping resistance to dominant rules. We also suggest that psychoanalysts should be culturally prepared to face these challenges, by knowing fields that are close enough to psychoanalysis and may support analysts in their endeavor. We present concepts and perspectives of work in order to help in approaching these families, either with children or with adults. We bring up, for example, concepts of family romance and primary scene as well as the discussion about what is kinship and parenthood. Finally, we discuss a clinical situation which allows us to reflect on our proposals for this study.

Keywords: family, same-sex parenthood, transsexuality, transparenthood

Des éléments de réflexion sur le travail psychanalytique avec des familles qui « sortent du placard »

Résumé: Les familles dont un membre du couple est une personne trans (transsexuel, travesti ou transgenre) posent de nouveaux défis à la théorie et à la pratique de la psychanalyse. Nous réfléchissons sur certaines questions qui apportent des configurations différentes de la famille, comme celle de la définition de ce qui est une famille pour la psychanalyse et pour ses usagers, ou celle concernant l'existence d'un engagement éthique et politique d'appui à la famille pour soutenir la résistance aux normes contraignantes. Nous suggérons également que l'analyste doit être culturellement prêt à affronter ces défis, tout en connaissant les domaines voisins à la psychanalyse qui peuvent l'aider dans cette entreprise. Nous présentons des concepts qui peuvent aider à aborder ces familles, en ce qui concerne les enfants ou les adultes: ceux de roman familial, de la scène primitive et le questionnement de ce qui est la parenté et la parentalité. Pour finir, nous abordons une situation clinique qui permet de réfléchir sur nos propositions.

Mots-clés: famille, homoparentalité, transsexualité, parentalité trans

Referências

- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, 9(1), 49-63.
- Ayouch, T. (2015). Psychanalyse et transidentités: hétérotopies. *L'Évolution Psychiatrique*, 80(2), 303-316.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan* (A. Bixio, Trad.). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1993)
- Butler, J. (2003a). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.

- Butler, J. (2003b). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Chilland, C. (1999). *Cambiar de sexo* (S. V. Zimmermann, Trad.). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Corbett, K. (2009). *Boyhoods: rethinking masculinities*. New Haven; London: Yale University Press.
- Ebaugh, H. R. F. (1988). *Becoming an ex: the process of role exit*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- Freud, S. (2006a). História de uma análise infantil. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 17, pp. 15-127). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (2006b). Romances familiares. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 9, pp. 219-222). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Green, R. (1978). Sexual identity of 37 children raised by homosexual or transsexual parents. *American Journal of Psychiatry*, 135, 692-697.
- Lanz, L. (2015). *O corpo da roupa: a pessoa transgênero entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero: uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Companhia Paracrescer; Transgente.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1998). *Vocabulário de psicanálise* (P. Tamen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Livingston, J. (Dir.). (1990). *Paris is burning* [Filme]. Estados Unidos: Miramax.
- Misès, R., Noël, J. & Castagnet, F. (1980). Adoption et transsexualisme. *Annales Médico-Psychologiques*, 138(4), 480-483 [discussion, 483-490].
- Muszkat, S. (2014). As neossexualidades e a discussão do modelo binário. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 106-114.
- Pederzoli, A. A. (2017). *Papai ou mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Porchat, P. (2013). Psicanálise, gênero e singularidade. *Revista faac*, 2(2), 195-202.
- Porchat, P. (2015). Corpo, gênero e abjeção: elementos para uma psicanálise *queer*. In J. C. Bocchi & E. O. Castro (Orgs.), *Psicanálise e sociedade hoje* (pp. 83-90). Curitiba: crv.
- Tajer, D. (2013). Diversidad y clínica psicoanalítica: apuntes para un debate. In A. M. Fernández & W. S. Peres (Orgs.), *La diferencia desquiciada: géneros y diversidades sexuales* (pp. 123-142). Buenos Aires: Biblos.
- Tort, M. (2016). *Las subjetividades patriarcales: un psicoanálisis inserto en las transformaciones históricas* (I. Meler, Rev.). Buenos Aires: Topía.

[Recebido em 17.05.2017, aceito em 02.06.2017]

Patrícia Porchat
 Rua Girassol, 464, ap. 24
 05433-001 São Paulo, SP
 Tel.: 11 99657-3770 14 3103-9756
 patriciaporchat@fc.unesp.br